

17 FEV 1995

CORREIO BRAZILIENSE

Márcio Moreira Alves

A entrevista de FHC

Calmamente, conhecedor dos seus temas, preciso na linguagem e, coisa raríssima ultimamente, respeitoso dos plurais e concordâncias, o presidente Fernando Henrique reforçou o envio de projetos de emenda à Constituição com uma entrevista transmitida pelas cadeias de televisão. O seu estilo de falar adapta-se mais perfeitamente à mídia eletrônica que qualquer outro dos seus predecessores que eu lembre. Juscelino era bom de palanque, mas preso ainda a uma oratória de voz empostada, embora não tanto como a de José Sarney. A intimidade que a televisão permite entre quem fala e quem ouve é inimiga das ênfases exageradas, que ficam tão distantes da eficiência comunicadora como as polainas, o chapéu de coco e a sobrecasaca da República Velha distam da moda mais informal de hoje.

A intenção política da entrevista parece ter sido a de mobilizar apoios para a primeira etapa das reformas da Constituição, cujas justificativas foram apresentadas, uma a uma. Franklin Roosevelt dizia que um governo não pode ser melhor que a opinião pública que o sustenta. Fernando Henrique parece concordar.

Desviando-se do estratégico, as reformas constitucionais, para abordar o conjuntural, o presidente ressaltou a estabilidade trazida pelo real ao poder de compra dos que ganham menos, justificando assim o veto ao aumento do salário mínimo para R\$100, em uma manobra defensiva contra a inclinação do Congresso de manter a lei que votara. "Não sou demagogo", afirmou mais de uma vez, e avançou para o ataque, chamando de privilegiados ou corporativistas todos os que se opõem às reformas.

A importância de um pronunciamento do presiden-

te da República está tanto no que explicita como nas pistas que dá para o entendimento do que não quer explicitar. Por exemplo: o governo não quer interferir na decisão da Petrobrás sobre em que estado localizar a sua nova refinaria. A decisão deverá ser técnica, não política. Colocou limites ao processo de privatização, ao dizer que não pretende entregar o filé mingon das comunicações para a empresa privada, ficando o Estado com os ossos. Isso quer dizer que não pretende vender as empresas telefônicas e a Embratel. Justificou-se dizendo ser contra a privatização selvagem. "Quem quer reformar tudo, não reforma nada", disse.

Estabelecer prioridades não parece indicar uma excessiva austeridade no envio de mensagens reformistas, mesmo que tenha deixado à iniciativa dos parlamentares a reforma política. Daí, a necessidade que sente em ter não só líderes na Câmara e no Senado, como um líder no Congresso, Germano Rigotto. Cada emenda terá de ser discutida em conjunto com ambas as casas, para evitar que emendas aprovadas no Senado anulem o percurso já cumprido na Câmara. Aliás, Luís Carlos Santos, escolhido para a liderança na Câmara, é um articulador que trabalha as fraquezas dos interlocutores. Opera segundo o conselho de Maquiavel, que escreveu que quem se dispõe a fazer leis deve começar por presumir que todos os homens são maus e estão dispostos a usar a sua malignidade sempre que encontrarem oportunidade para fazê-lo. Rigotto tende a apelar para as virtudes dos companheiros, muitas vezes menos evidentes. É possível que consigam se completar, se acaso trabalharem juntos.

Foi um começo. Há muita estrada pela frente.